



ESTATUTO SOCIAL DO
INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - IBEGESP
CNPJ: 15.691.685/0001-37

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E FINALIDADE.

Artigo 1º - O INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - IBEGESP, doravante simplesmente designado "**IBEGESP**", fundado em 01 de março de 2012, é uma associação civil, de caráter educacional e científico, apartidária de interesse social, de direito privado, com fins não econômicos, com prazo indeterminado de duração, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 352 - conjunto 85 - Bairro Bela Vista CEP 01310-905, podendo manter dependências em qualquer lugar do território nacional e do exterior.

Artigo 2º - O **IBEGESP** é uma instituição de caráter educacional e promoção social, que tem por objetivos a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social: atuar no ensino básico, superior e cursos livres, promover a cultura e o esporte, estudar, pesquisar e difundir soluções para problemas ligados à racionalização e modernização dos setores públicos e privados, nas atividades relacionadas à gestão administrativa, financeira, tecnológica, ambiental, educacional, cultural, de comunicação, bem como preparar e capacitar profissionais a elas vinculados em suas respectivas áreas de atuação, porém, nenhuma que se faça necessário a vinculação ou subordinação a Conselhos de Classes.

Parágrafo Primeiro: Para consecução de suas finalidades, o **IBEGESP** também atuará no sentido de:

- I. Centralizará, coordenará e distribuirá informações relativas às técnicas organizacionais e aplicabilidade dos processos tecnológicos para o desenvolvimento das organizações públicas e privadas;
- II. Promoverá a realização de pesquisas de métodos de racionalização do trabalho, organizacional e de instrumentos tecnológicos aplicáveis às organizações;



- III. Estabelecerá vínculos institucionais, por filiação, intercâmbio, convênios, acordos de cooperação técnica ou outras formas de contratos, com organizações públicas e privadas nacionais ou internacionais, assumindo, quando for o caso, a qualificação de importador ou exportador de serviços;
- IV. Encaminhará aos poderes públicos as propostas necessárias aos objetivos do Instituto bem como programará atividades específicas com vistas à racionalização da prestação dos serviços dos setores públicos e privados;
- V. Difundirá conhecimentos de racionalização, gestão e tecnologia aplicada por meio de programas de capacitação, cursos, palestras, conferências, seminários, congressos, publicações e outros meios;
- VI. Promoverá a divulgação de trabalhos acadêmicos, científicos e outras publicações relacionadas à sua área de atuação, por meio eletrônico ou impresso, franqueando ao público o acesso às novas tecnologias de administração e boas práticas de gestão organizacional;
- VII. Atuará como agente de apoio a programas de modernização administrativa e tecnológica, em especial pela capacitação de recursos humanos, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços das organizações, a elevação dos níveis de eficiência e eficácia, bem como a eliminação de desperdícios;
- VIII. Atuará como agente de integração empresa/escola, promovendo convênios ou acordos para estágios acadêmicos, com organizações públicas e privadas para estudantes de nível técnico e superior, visando o desenvolvimento das competências básicas e especiais dos mesmos;
- IX. Promoverá o uso e a disseminação dos recursos tecnológicos de informação como meio de agilizar e racionalizar os processos decisórios, pelo desenvolvimento e fornecimento de sistemas de gestão específicos;
- X. Promoverá estudos e pesquisas voltados para o desenvolvimento da administração pública e da iniciativa privada, mediante a formação, capacitação, especialização e aperfeiçoamento dos profissionais das áreas respectivas;



- XI. Atuará como mediador entre as áreas públicas e privadas na implementação de estratégias de desenvolvimento pela valorização do trabalho;
- XII. Incumbir-se-á do planejamento e da organização de serviços e/ou empreendimentos, tomando o encargo de executá-los ou de prestar-lhes a assistência técnica, jurídica, acadêmica e científica necessária à sua consecução;
- XIII. Promoverá programas educativos e de assistência técnica, visando o aperfeiçoamento das condições de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- XIV. Atuará na organização de centros de estudos, pesquisas e de desenvolvimento acadêmico, objetivando a formação de profissionais nas diversas áreas da atividade produtiva pública e privada;
- XV. Atuará como agente de fiscalização nas obras e serviços contratados pelo poder público, de forma a promover a correta aplicação dos recursos públicos;
- XVI. Atuará consultivamente nas áreas das atividades da Administração Pública e da iniciativa privada, de forma a contribuir para a solução de problemas institucionais específicos, sob demanda das mesmas.
- XVII. Promoverá ações, projetos e programas de desenvolvimento social, objetivando colaborar com os poderes públicos e a sociedade civil, na melhoria da qualidade de vida da coletividade.
- XVIII. Promoverá estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.
- XIX. Implementará ações, projetos e programas de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental, visando a sustentabilidade planetária;
- XX. Implementará projetos e programas de educação de amplo espectro, contemplando não apenas a educação formal, mas também, o desenvolvimento integral do ser humano;
- XXI. Implementará projetos culturais, visando a proteção do acervo e do patrimônio histórico do país, preservação das culturas regionais e do folclore brasileiro;
- XXII. Implementará projetos e programas de desenvolvimento urbano e rural, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais, colaborando com a consecução das políticas públicas da área;



- XXIII. Planejará e implantará projetos e programas de desenvolvimento e cooperação intermunicipal, auxiliando os municípios na formação de consórcios e/ou grupos de cooperação técnica e articulação governamental, visando atrair investimentos públicos e privados que propiciem o crescimento sustentável da respectiva região;
- XXIV. Estabelecerá estratégias operacionais, sistematização de processos e normatizará procedimentos para a realização de concursos e processos seletivos;
- XXV. Atuará em atendimento às suas finalidades em conjunto com entidades internacionais para planejamento, desenvolvimento e execução de projetos que envolvam dois ou mais países, nas atividades de sua finalidade.
- XXVI. Tomará outras providências necessárias à consecução dos seus fins.

Parágrafo Segundo: São atividades e serviços executados pelo **IBEGESP** aqueles relativos à consultoria e capacitação dos funcionários públicos e empregados das atividades privadas e outros interessados, com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão pública, dentre outras: planejamento estratégico, auditorias e consultorias em processos licitatórios, levantamento documental referente a bens patrimoniais e de processos de aquisições patrimoniais, consultorias em processos admissionais e demissionais, comunicação estratégica e reestruturação organizacional, desenvolvimento tecnológico e informatização, elaboração, implementação e gestão de projetos e programas relativos a políticas públicas de educação, cultura, saúde, esportes, bem-estar social, desenvolvimento de sustentabilidade e proteção ambiental, compras públicas, concursos públicos, planejamento e consultoria em recursos humanos através de projetos de redimensionamento de pessoal, elaboração de planos de carreiras e vencimentos, desenvolvimento de sistemas e metodologias de avaliação de desempenho, gestão de pessoas, bem como desenvolvimento e implantação de novas técnicas, tecnologias e métodos que visem o desenvolvimento e sustentabilidade organizacional assim como elaboração e aplicação de cursos voltados para as áreas de atuação;

Parágrafo Terceiro: O **IBEGESP** poderá ainda, no âmbito de sua atuação, contribuir com propostas que tratem da análise, planejamento, implantação e melhorias na gestão de processos de trabalho das atividades meio e fim para todas as esferas da administração pública;



Parágrafo Quarto: Com atenção às atividades previstas no *Parágrafo Segundo*, o **IBEGESP** declara não prestar nenhuma atividade regulamentada por lei que o vincule ao Conselho de Classe, porém, havendo necessidade de profissional ou empresa de atividades regulamentadas, ou necessariamente obrigadas a tais vinculações e ou registros, a mesma fará uso de forma indireta por meio de contratação de tomada de serviços.

Parágrafo Quinto: No desenvolvimento de suas atividades, o **IBEGESP** observará os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Economicidade e da Eficiência, e não fará qualquer discriminação de origem, raça, cor, sexo, gênero, idade, nacionalidade, credo político ou religioso, e quaisquer outras formas de discriminação, prestando serviços gratuitos e permanentes, sempre que possível ou sempre que se fizer conveniente;

Parágrafo Sexto: O **IBEGESP** não distribuirá entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplicará integralmente na consecução da respectiva finalidade social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

Artigo 3º - O **IBEGESP** disciplinará seu funcionamento por meio de ordens normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e ordens executivas, emitidas pela Diretoria, podendo, ainda, adotar um regimento interno a ser aprovado pela Diretoria e homologado pela Assembleia Geral.

Artigo 4º - O **IBEGESP** irá se dedicar às suas atividades por meio da execução direta e indireta de projetos, programas ou planos de ações, por meio de doações e captações de recursos físicos, humanos e financeiros, e por meio de prestações de serviços intermediários de apoio a outras organizações com fins não econômicos, prestação de serviço a iniciativa privada e/ou órgãos do setor público que atuam em áreas afins.



Parágrafo Único: O IBEGESP não autoriza ou credencia profissional a oferecer qualquer tipo de serviço em seu nome, não permitindo que nenhuma organização ou ninguém utilize sua(s) marca(s), sem o consentimento prévio e expressa autorização por escrito da Diretoria do IBEGESP.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS - ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO

Artigo 5º - O IBEGESP é constituído por número ilimitado de associados, maiores de 18 anos, que passam, por livre escolha, a compor seu quadro social após a assinatura da ficha de cadastro, sendo distinguidos nas seguintes categorias:

- I. **Fundadores:** pessoas físicas presentes à Assembléia de Constituição, assim indicadas na Ata de Constituição do IBEGESP e signatárias da mesma;
- II. **Efetivos:** pessoas físicas ou jurídicas que, mediante indicação de membros da Diretoria ou de outro associado efetivo, passem a ter as mesmas prerrogativas dos associados fundadores.

Parágrafo Único: Os integrantes do Quadro de Associados Fundadores e Efetivos poderão prestar serviços ao IBEGESP, para as atividades meio e fins do Instituto, mediante contrato via CLT ou celebração de contrato de prestação de serviços aos valores praticados no mercado, mediante o recolhimento de tributos e encargos, nos termos da legislação vigente;

Artigo 6º - Todas as pessoas interessadas em ingressar no quadro social do IBEGESP deverão solicitar sua inscrição mediante a apresentação de proposta que será submetida à Diretoria e homologada pela Assembléia Geral, que a seu critério, poderá aprovar ou não, na qual constará a qualificação, endereço, profissão, se pessoa física, e objeto social, se pessoa jurídica, bem como a espécie e o valor da contribuição a ser feita.

Artigo 7º - São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I. Participar de todos os eventos promovidos pelo IBEGESP;



- II. Apresentar à Diretoria sugestões compatíveis com os objetivos do **IBEGESP**;
- III. Requerer a convocação da Assembleia Geral, desde que haja anuência formal de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados;
- IV. Ter acesso ao teor integral do Estatuto Social do **IBEGESP**;
- V. Votar e ser votado para os cargos eletivos do **IBEGESP**;
- VI. Em Assembleia Geral convocada, eleger os integrantes do Conselho Consultivo, da Diretoria, do Conselho Fiscal e seus suplentes;
- VII. Incluir, com 30 (trinta) dias de antecedência, itens na pauta de discussão das Assembleias Gerais;
- VIII. Ter acesso aos dados contábeis do **IBEGESP**, devendo as informações ser solicitadas com antecedência à Diretoria, sendo analisada na sede do **IBEGESP**, em horários previamente agendados;
- IX. Desejar desligar-se do **IBEGESP** deverá fazê-lo mediante envio de pedido por escrito, dirigido à Diretoria, a qual promoverá o seu desligamento e submeterá à homologação pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único: Os direitos dos associados estão condicionados à observância da pontualidade no cumprimento de suas obrigações;

Artigo 8º – São deveres dos Associados:

- I. Prestar ao **IBEGESP** cooperação moral, material e intelectual, comparecendo às Assembleias Gerais, quando convocados, propondo, discutindo e votando as matérias de interesse;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as disposições regimentais e as deliberações da Diretoria e da Assembleia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome do **IBEGESP** atuando em conformidade com seus princípios e finalidades;
- IV. Pagar pontualmente as contribuições definidas;
- V. Comunicar, por escrito, à Diretoria, toda e qualquer alteração em seus dados cadastrais.



Artigo 9º – São requisitos para exclusão de associados por justa causa:

- I. Violação do presente Estatuto e demais disposições legais e vigentes;
- II. Desvio de finalidade do **IBEGESP**;
- III. Quaisquer motivos graves que infrinjam a ética do **IBEGESP**, que poderão estar descritas em Regimento Interno;
- IV. Impedimento legal por sentença condenatória transitada em julgado;

Parágrafo Primeiro: Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo: Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

Parágrafo Terceiro: Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembléia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contatos da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

Parágrafo Quarto: Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

Artigo 10º - Os Associados, Diretores e Conselheiros do **IBEGESP** não respondem, pessoalmente, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da entidade, salvo em caso de dolo, má-fé ou violação deste Estatuto.

**IBEGESP**Instituto Brasileiro de Educação
em Gestão Pública**CAPÍTULO III****DA ADMINISTRAÇÃO****Artigo 11º** - São órgãos da administração do **IBEGESP**:

- I. Assembléia Geral;
- II. Conselho Consultivo;
- III. Diretoria;
- IV. Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV**DA ASSEMBLÉIA GERAL****Artigo 12º** - A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.**Artigo 13º** - Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I. Eleger e dar posse ao Conselho Consultivo, a Diretoria e ao Conselho Fiscal;
- II. Destituir o Conselho Consultivo, a Diretoria e o Conselho Fiscal antes do término do respectivo mandato;
- III. Decidir sobre alteração no Estatuto;
- IV. Deliberar a respeito da dissolução da Associação e liquidação de seu patrimônio, conforme previsto neste Estatuto e na legislação aplicável;
- V. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VI. Decidir sobre empréstimos;
- VII. Aprovar as contas do **IBEGESP**;
- VIII. Emitir ordens normativas para o funcionamento interno do **IBEGESP**, e homologar o Regimento Interno quando apresentado pela Diretoria;
- IX. Deliberar sobre a remuneração da Diretoria;

Av. Paulista, 352 – 8º andar – conjunto 85 - Bela Vista – CEP: 01310-905 – São Paulo – SP

Telefones: +55 11 3052-4274 | 3052-2529 | 3807-7080. Email: contato@ibegesp.org.br Site: www.ibegesp.org.br

**IBEGESP**Instituto Brasileiro de Educação
em Gestão Pública

- X. Analisar e deliberar sobre assuntos generalizados de interesse do **IBEGESP**, propostos previamente pelos associados e inclusos na pauta da Ata de Convocação da Assembleia.
- XI. Deliberar sobre os casos omissos não previstos neste Estatuto.

Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem os incisos II e V será exigido o voto de dois terços (2/3) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada com esta finalidade, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com qualquer numero na segunda convocação.

Artigo 14º - A Assembleia Geral realizar-se-á:

- I. Ordinariamente:
 - a) uma vez por ano, para apreciar o relatório anual da Diretoria; discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal, e deliberar sobre a proposta anual de atividades do **IBEGESP** submetida pela Diretoria;
 - b) a cada 3 (três) anos, para eleger o Conselho Consultivo, a Diretoria e Conselho Fiscal;
- II. Extraordinariamente:
 - a) em qualquer oportunidade, mediante convocação do Diretor Presidente, em nome da Diretoria, pela maioria desta, ou do Conselho Fiscal em sua maioria;
 - b) por requerimento de 1/5 (um quinto) dos Associados Fundadores, quites com as obrigações sociais, para tratar de assuntos de interesse do **IBEGESP**.

Artigo 15º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede do **IBEGESP**, ou publicação na imprensa local, por circulares, e-mails ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, designando-se dia, local, hora da reunião, e a respectiva pauta.

Parágrafo Primeiro: As Assembleias Gerais serão instaladas em primeira convocação com a maioria dos Associados, quites com suas obrigações estatutárias, e em segunda convocação, com qualquer número;

Av. Paulista, 352 – 8º andar – conjunto 85 - Bela Vista – CEP: 01310-905 – São Paulo – SP

Telefones: +55 11 3052-4274 | 3052-2529 | 3807-7080. Email: contato@ibegesp.org.br Site: www.ibegesp.org.br



Parágrafo Segundo: A votação nas Assembleias Gerais será por voto direto, podendo ser por aclamação, desde que assim resolva a própria Assembleia;

Parágrafo Terceiro: As deliberações serão tomadas por maioria dos presentes, cabendo ao Diretor Presidente do **IBEGESP** o voto de desempate, ou em sua ausência, caberá ao seu representante legal, sem prejuízo de seu próprio voto.

Parágrafo Quarto: O voto por procuração só será admitido quando o mandato for outorgado a um associado em pleno exercício de seus direitos, devendo ainda conter poderes específicos para aquela Assembleia.

Artigo 16º - As Assembleias Gerais serão instaladas pelo Presidente da Diretoria ou seu substituto legal, e secretariadas pelo associado presente que venha a indicar.

Artigo 17º - As Assembleias Gerais somente deliberarão sobre os assuntos para os quais tiverem sido convocadas.

Artigo 18º - O **IBEGESP** adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

CAPÍTULO V

DA DIRETORIA

Artigo 19º- O órgão executivo do **IBEGESP** é a Diretoria, eleita pelos associados reunidos em Assembléia Geral, composta de 1 a 4 (um a quatro) membros, sendo obrigatoriamente um designado Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica.

Parágrafo Primeiro: O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.



Parágrafo Segundo: Não poderá ser eleito membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Parágrafo Terceiro: O IBEGESP poderá remunerar os integrantes da Diretoria;

Parágrafo Quarto: As despesas efetuadas pelos integrantes da Diretoria, no exercício de suas funções, referentes viagens, hospedagens e alimentação, serão ressarcidas mediante a comprovação de tais gastos, na forma regulamentada pelo Regimento Interno.

Artigo 20º - A Diretoria reunir-se-á sempre que houver necessidade. Das reuniões serão lavradas atas.

Parágrafo Primeiro: As reuniões serão convocadas por qualquer Diretor mediante comunicação a todos os Diretores com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data marcada para a reunião, sendo dispensada a convocação no caso de comparecimento de todos os seus membros.

Parágrafo Segundo: Para que as reuniões da Diretoria possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Terceiro: As deliberações da Diretoria serão sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião.

Parágrafo Quarto: Em caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria por ausência, impedimento ou renúncia, os Diretores serão substituídos por outro Diretor, independentemente de nova eleição, até o término da gestão;

Parágrafo Quinto: Somente na hipótese de renúncia total dos membros da Diretoria, a Assembleia Geral se reunirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância, para eleger a nova Diretoria, cuja gestão terminará no prazo de gestão do anterior substituído;

Av. Paulista, 352 – 8º andar – conjunto 85 - Bela Vista – CEP: 01310-905 – São Paulo – SP

Telefones: +55 11 3052-4274 | 3052-2529 | 3807-7080. Email: contato@ibegesp.org.br Site: www.ibegesp.org.br

**IBEGESP**Instituto Brasileiro de Educação
em Gestão Pública

Parágrafo Sexto: Os Diretores permanecerão nos respectivos cargos e no pleno exercício de suas funções até que seus sucessores sejam empossados, exceto em caso de renúncia ou destituição.

Parágrafo Sétimo: Os Diretores serão investidos nos seus cargos imediatamente ou dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua eleição mediante assinatura de termo em livro próprio.

Artigo 21º - Compete à Diretoria:

- I. Observar o disposto no Regimento Interno aprovado pela Diretoria quanto aos procedimentos para contratação de funcionários, consultores e docentes bem como os critérios fixados de remuneração;
- II. Promover a gestão contábil, financeira e patrimonial **IBEGESP**;
- III. Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade do **IBEGESP**, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;
- IV. Acompanhar e supervisionar as ações relacionadas à gestão de recursos humanos;
- V. Apresentar os relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VI. Apresentar e encaminhar à deliberação da Diretoria e Conselho Fiscal quanto a prestação de contas anual e o respectivo Balanço com o demonstrativo de resultados do exercício encerrado para aprovação da Assembleia;
- VII. Apresentar e encaminhar à deliberação da Diretoria do Planejamento Estratégico/Programa/Relatório de Atividades previsto para o exercício vigente para aprovação da Assembleia;
- VIII. Entrosar-se com instituições públicas e privadas no País e no exterior para mútua colaboração, em atividades de interesse comum, celebrando convênios, acordos de cooperação técnica ou outras formas de contratos.
- IX. Supervisionar as atividades de cada um dos **CENTROS DE ESTUDOS**, fazendo-os cumprir os princípios estatutários e as normas vigentes
- X. Baixar Ordens de Serviço para atender as necessidades de gestão do Instituto.



A

- XI. Receber e apreciar as propostas dos associados acerca da destinação dos recursos do **IBEGESP** para novos projetos;
- XII. Elaborar e encaminhar a Assembleia Geral, com base nas solicitações e sugestões recebidas, propostas para a destinação dos recursos do **IBEGESP** para novos projetos, que julgue compatível com suas finalidades sociais;

Artigo 22º - Compete ao Diretor-Presidente:

- I. Cumprir e fazer cumprir este estatuto social;
- II. Convocar Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- III. Presidir as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- IV. Apresentar a Assembleia Geral relatório de atividades do ano anterior;
- V. Aprovar a realização de despesas de qualquer valor;
- VI. Dirigir e supervisionar todas as atividades do **IBEGESP**, podendo, para tanto, admitir e dispensar empregados, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, bem como, contratar a locação de serviços de trabalhadores eventuais e sem vínculo empregatício, quando for o caso;

Artigo 23º - Compete aos Diretores sem denominação específica:

- I. Substituir o Diretor Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente;
- IV. Auxiliar o Presidente no gerenciamento das atividades administrativas do **IBEGESP**.

Artigo 24º - Todos os documentos que importarem em obrigações ou responsabilidades para o **IBEGESP, tais como as escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos, convênios, termos de parcerias, recibos de quitação de bens alienados e demais documentos aqui não especificados, serão assinados, **ISOLADAMENTE** pelo **Diretor Presidente e/ou Procurador**;**

**IBEGESP**Instituto Brasileiro de Educação
em Gestão Pública

Artigo 25º - As procurações outorgadas pelo **IBEGESP** serão assinadas pelo **Diretor Presidente** e deverão especificar os poderes conferidos, e, com exceção daquelas destinadas a fins judiciais, conterão um período de validade limitado.

Artigo 26º - A representação do **IBEGESP** em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias e sociedades de economia mista, incumbirá **ISOLADAMENTE** ao **Diretor Presidente e/ou Procurador**;

Artigo 27º - Serão considerados nulos e sem qualquer efeito em relação ao **IBEGESP** os atos de qualquer Diretor, Conselheiro, funcionário, associado, ou procurador que a envolverem em obrigações ou negócios estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 28º - O Conselho Fiscal será constituído de 1 a 3 (um a três) membros, eleitos pela Assembleia Geral, podendo haver reeleições consecutivas ou alternadas, em sua composição parcial ou total os quais não poderão ocupar simultaneamente outro cargo nos órgãos de administração, bem como, não poderão ser remunerados.

Parágrafo Único: O mandato do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Artigo 29º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração do **IBEGESP**, bem com as contas da Diretoria;
- II. Opinar sobre os balanços, inventários, e relatórios de desempenho financeiro e contábil, bem com sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores do **IBEGESP**;



- III. Requisitar ao Diretor Presidente, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pelo **IBEGESP**;
- IV. Acompanhar o trabalho de auditores externos independentes, quando necessário;
- V. Convocar extraordinariamente Assembleia Geral, quando necessário;
- VI. Fazer cumprir as disposições constantes deste Estatuto, regulamentos aprovados pela Assembleia Geral, e resoluções da Diretoria;
- VII. Emitir parecer sobre eventuais irregularidades fiscais.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação da Diretoria, Assembleia Geral, pela maioria dos seus membros, ou por requerimento de 2/3 dos associados quites com as obrigações sociais.

Parágrafo Segundo: As resoluções do Conselho Fiscal só poderão ser tomadas por maioria absoluta.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 30º – O Conselho Consultivo é o assessoramento técnico e científico, composto de no mínimo de 03(três) e no máximo de 08 (oito) integrantes indicados pela Diretoria do Instituto, referendados pela Assembleia Geral Extraordinária, dentre pessoas de notório saber, associados fundadores ou efetivos, vinculados às instituições acadêmicas e/ou pessoas de reconhecidas capacidades profissionais e de conduta ilibada, que possam agregar valor às atividades do **IBEGESP**.

Artigo 31º – Os membros do Conselho Consultivo terão mandato por três 3 (três) anos, podendo haver a manutenção de acordo com o interesse do **IBEGESP**;

Parágrafo Primeiro: Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos imediatamente ou dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua eleição mediante assinatura de termo em livro próprio.



IBEGESP
Instituto Brasileiro de Educação
em Gestão Pública

Parágrafo Segundo: O IBEGESP não remunera os integrantes do Conselho Consultivo;

Parágrafo Terceiro: As despesas efetuadas pelos integrantes do Conselho Consultivo, no exercício de suas funções, referentes viagens, hospedagens e alimentação, serão ressarcidas mediante a comprovação de tais gastos, na forma regulamentada pelo Regimento Interno.

Artigo 32º - O Conselho Consultivo reunir-se-á, quando formalmente convocado pelo Conselho Consultivo e/ou pela Diretoria, em reuniões presididas pelo Diretor Presidente do Instituto, para opinar sobre os Planos e Projetos de Desenvolvimento Institucional ou para tratar de assuntos específicos, assim definidos na convocação.

Artigo 33º - Compete ao Conselho Consultivo:

- I. Ter função consultiva permanente;
- II. Tomar conhecimento e opinar sobre os planos da Diretoria;
- III. Assessorar a Diretoria sempre que solicitado;
- IV. Contribuir efetivamente com a Diretoria na definição da estratégia e plano de metas do IBEGESP.

CAPÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FINIS DO INSTITUTO

Artigo 34º - Para a execução das atividades de caráter específico e finalístico, o IBEGESP se organizará em **CENTROS DE ESTUDOS**.

Artigo 35º - Cada **CENTRO DE ESTUDO** deverá contemplar uma única atividade e será coordenado por profissional, técnico especializado, devidamente habilitado.

Parágrafo Primeiro: Será adotada denominação para cada **CENTRO DE ESTUDO**, de modo a identificar sua atividade fim;



Parágrafo Segundo: O Coordenador do **CENTRO DE ESTUDO** é responsável por todo e qualquer prejuízo que, por si, ou sua equipe, vier a causar ao **IBEGESP** e/ou aos clientes deste.

Artigo 36º - O **IBEGESP** poderá estabelecer contrato de prestação de serviços, acordos de cooperação técnica com outras entidades congêneres, com o poder público, centros universitários, empresas privadas ou indústrias para a coordenação de **CENTROS DE ESTUDOS**.

CAPÍTULO IX

DO PATRIMÔNIO E RECEITAS

Artigo 37º - O Patrimônio do **IBEGESP** será constituído de bens e direitos, regularmente adquiridos, em especial, bens móveis, imóveis, veículos e semoventes, ações, quotas de participação societária, apólices de dívidas públicas.

Artigo 38º - Constituem receitas do **IBEGESP** as contribuições de pessoas físicas e jurídicas; auxílios, contribuições e subvenções de entidades ou diretamente da União, Estado, Município ou autarquias; doações, cessões, auxílios e legados; recursos financeiros obtidos por termos de parcerias, acordos, convênios ou contratos firmados com terceiros, nacionais ou internacionais; produtos de operação de créditos, internas e externas para financiamento de serviços; rendas da participação em empresas e empreendimentos, nos quais o Instituto participe ou venha participar; receitas de comercialização de produtos e locação de espaço; juros bancários e outras receitas financeiras; rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade; receitas de produção; renúncia e incentivo fiscal; recebimentos de direitos autorais; rendas obtidas com atividades econômicas meio, realizadas para obtenção de recursos destinados ao patrimônio; recebimentos de "royalties"; recursos internacionais, e serão destinadas à manutenção das finalidades do Instituto;

Artigo 39º - Toda origem de receita ou patrimônio do **IBEGESP** não podem implicar sua subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com suas finalidades, nem arriscar sua independência, mantendo-se fiel aos seus valores e princípios, estando livre e desembaraçada de

Av. Paulista, 352 - 8º andar - conjunto 85 - Bela Vista - CEP: 01310-905 - São Paulo - SP

Telefones: +55 11 3052-4274 | 3052-2529 | 3807-7080. Email: contato@ibegesp.org.br Site: www.ibegesp.org.br



JA

qualquer vínculo;

Parágrafo Primeiro: O **IBEGESP** aplicará integralmente suas rendas, seus serviços, seus recursos, e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento das finalidades institucionais;

Parágrafo Segundo: O **IBEGESP** aplicará as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;

Parágrafo Terceiro: Caberá a Diretoria Executiva aprovar em Assembléia Geral eventual alienação, permuta, empréstimo de bens patrimoniais do **IBEGESP**, aceitação de doações com encargos e/ou financiamento de bens para o patrimônio, após consulta do Conselho Fiscal;

Artigo 40º - Na liquidação do **IBEGESP**, por qualquer motivo, seu patrimônio constituído de bens móveis, imóveis, veículos e semoventes, ações, quotas de participação societária, apólices de dívidas públicas e bens de qualquer outra natureza, só poderão ser vendidos para pagamento das dívidas legais que a associação houver assumido até a data de sua liquidação;

Parágrafo Único - O saldo apurado após o pagamento de todas as obrigações do **IBEGESP** será revertido em benefício de outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e que a finalidade seja, preferencialmente, a mesma da entidade extinta. Em hipótese alguma o referido patrimônio poderá ser partilhado, direta ou indiretamente, entre os associados, empregados ou membros de quaisquer órgãos do, sendo tais atos reputados nulos de pleno direito.

CAPÍTULO X

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 41º - A prestação de contas deverá ser feita:

1. Observando-se as regras previstas na Lei nº 13.019/2014 e seus regulamentos, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho;

Av. Paulista, 352 - 8º andar - conjunto 85 - Bela Vista - CEP: 01310-905 - São Paulo - SP

Telefones: +55 11 3052-4274 | 3052-2529 | 3807-7080, Email: contato@ibegesp.org.br Site: www.ibegesp.org.br

**IBEGESP**Instituto Brasileiro de Educação
em Gestão Pública

- II. Deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas;
- III. Observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento;
- IV. Deverá conter escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- V. Deverá dar publicidade aos relatórios de atividades e demonstrações financeiras da entidade para exame de qualquer cidadão

Parágrafo Único: A prestação de contas será realizada pela Diretoria, sendo que deverá apresentar ao Diretor Presidente, responsável final pela tomada de decisões sobre as mesmas, para sua anuência; encaminhamento ao Conselho Fiscal; e, posteriormente, à Assembleia Geral, para aprovação final e homologação.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 42º - O IBEGESP somente poderá ser dissolvido mediante a aprovação de 2/3 dos associados presentes, em pleno gozo de seus direitos estatutários, reunidos em Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim, observadas as disposições estatutárias, quando se tornar impossível a continuidade de suas atividades.

Artigo 43º - O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante a aprovação de 2/3 dos associados presentes, em pleno gozo de seus direitos estatutários, reunidos em Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Av. Paulista, 352 - 8º andar - conjunto 85 - Bela Vista - CEP: 01310-905 - São Paulo - SP

Telefones: +55 11 3052-4274 | 3052-2529 | 3807-7080. Email: contato@ibegesp.org.br Site: www.ibegesp.org.br



IBEGESP

Instituto Brasileiro de Educação
em Gestão Pública

90RTDCPJ 47995

1A

Artigo 44º - Os casos omissos ou obscuros no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

São Paulo, 17 de abril de 2017.



Marcos Sinigoi
Diretor Presidente



Visto do Advogado:

Andreza Alves de Oliveira
OAB/SP 292.975

9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.157.387/0001-28	Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial
R\$ 209,58 Protocolado e prenotado sob o n. 73.690 em	R\$ 59,70 24/11/2017 e registrado, hoje, em microfilme
R\$ 40,73 sob o n. 47.995, em pessoa jurídica.	R\$ 11,16 Averbado à margem do registro n. 32776
R\$ 14,33	São Paulo, 24 de novembro de 2017
R\$ 10,00	
R\$ 4,39	
Total	R\$ 349,89
Seios e taxas Recolhidos e averba	

Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial
Andreza Luiz Vargas - Escrevente Autorizada